Estratégia Concursos

Aula 00

Passo Estratégico de Contabilidade Pública p/ SEFAZ-SE (Auditor Fiscal) - 2020

Autor:
Alexandre Violato Peyerl, Vinicius Nascimento

18 de Fevereiro de 2020

Sumário

Análise Estatística 5
O que é mais cobrado dentro do assunto? 6
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque 7
Aposta Estratégica 15
Questões Estratégicas 17
Questionário de revisão e aperfeiçoamento 22
Perguntas 23
Perguntas com respostas 25
Lista de Questões Estratégicas 27
Gabarito 30
Referências Bibliográficas 30

CONTABILIDADE PÚBLICA – NOÇÕES GERAIS: CONCEITO, OBJETO, CAMPO DE APLICAÇÃO E ABRANGÊNCIA

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Vamos começar com nossa apresentação.

Sou Alexandre Violato Peyerl, Agente da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!

Sou o Prof. Vinícius Nascimento, natural de Brasília, mas residindo em Manaus, coração da nossa Amazônia! Sou formado em Gestão Pública, pós-graduando em Contabilidade Pública e também em Planejamento e Orçamento Governamental, atualmente finalizando minha graduação em Ciências Contábeis.

Minha experiência como concurseiro iniciou em 2005, quando fui aprovado para um emprego público na CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal.

EM 2006, quando estava estudando para Técnico Administrativo da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – vi uma propaganda do concurso da Escola de Sargentos das Armas. Não pensei duas vezes e fiz minha inscrição. Fui aprovado e fui iniciar o Curso de Formação de Sargentos em Campo Grande – Mato Grosso do Sul, sendo que, ao final do curso, fui classificado na cidade de Jaguarão – Rio Grande do Sul – na fronteira com o Uruguai.

No final de 2011, fui transferido para Boa Vista, no estado de Roraima. Logo no início de 2012 fiz a prova para Técnico Judiciário – Área Administrativa do TRT 11ª Região, o qual fui aprovado em 54º lugar.

No mesmo ano, fiz o concurso para Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça de Roraima, ficando classificado. Em 2013, fui aprovado em 37º lugar para Técnico Administrativo do Ministério Público da União.

No final de 2013 saíram 2 editais: Agente Administrativo da Polícia Federal e Assistente em Administração da Universidade Federal de Roraima. Com esforço e dedicação, fui aprovado nos dois: (5º lugar para Agente

Administrativo e 37º para a UFRR). Em junho de 2014 fui nomeado para a UFRR e dois meses depois para a Polícia Federal.

Em 2015 saiu o edital para Gestor Público do Instituto Federal de Roraima. Resolvi fazer a prova e fui aprovado em 1º lugar, porém optei por não assumir, pois, a lotação iria prejudicar meus projetos, afinal já estava ministrando aulas presenciais e on-line. Nesse mesmo ano entrei para o curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Roraima, em primeiro lugar.

Em 2016 saiu o edital para Contador da Universidade Federal de Roraima, fiz a prova e fui aprovado em primeiro lugar, mas não assumi pois, estava no 4º semestre da faculdade.

Em 2017 fiz a prova de Analista Judiciário – Área Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região e fiquei classificado em 42º lugar.

E, em 2019, veio minha grande conquista: **aprovação em 9º lugar para Consultor Legislativo, área de Finanças Públicas da CLDF com a maior nota na prova de conhecimentos específicos (47 acertos de um total de 50).**

Estou contando as vitórias, mas também foram muitas reprovações, entre elas Senado, TCU e TCE/PE. Isso é simplesmente para dizer que sei exatamente o que vocês estão passando nessa etapa. **Vitórias e derrotas fazem parte!! O que importa é como você reage diante das derrotas: desistir ou aprender com os erros?** Garanto que a segunda hipótese é a mais correta, afinal, só não passa quem desiste!!

Como professor, iniciei em aulas presenciais nas cidades de Boa Vista e Manaus, tendo ministrado aulas em Recife, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador. Entrei para o quadro de professores do Tec Concursos, renomado site de questões comentadas, além disso trabalhei em diversos sites de cursos on line nas disciplinas de Administração Financeira e Orçamentária, Administração Geral e Pública e Contabilidade Geral e Pública.

É essa experiência que quero compartilhar com você, afinal, seremos parceiros nessa caminhada!!!

Estamos aqui para ajudar você a encurtar o caminho para a aprovação.

Fique à vontade para sanar quaisquer dúvidas que tiver através do nosso fórum.

Bons estudos!

O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

a) orientar revisões eficientes;

b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;

b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:

@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Inicialmente, convém destacar os percentuais de incidência de todos os assuntos previstos no nosso curso, com base em concursos realizados desde 2014 pela banca FCC, em ordem decrescente – ou seja, quanto maior o percentual de cobrança de um dado assunto, maior sua importância:

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Despesa Pública	20,41
Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais	13,53
Receita Pública	11,93
Estágios da Despesa, Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores, Suprimento de Fundos	9,40
Procedimentos Contábeis Patrimoniais	7,57
PCASP	7,34
Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro	7,34
Princípios orçamentários	6,88
Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência	6,88
Estágios da Receita e Dívida Ativa. MCASP: Procedimentos Contábeis Orçamentários (I). Receita.	4,82
Procedimentos Contábeis Específicos	1,83
DFC/DMPL/Notas Explicativas	1,15
NBC T 16.7 (Consolidação) NBC T 16.11 (Sistemas de Custos)	0,92

Assim, o assunto “Contabilidade Pública: Noções gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência” possui um grau de incidência de 6,88% nas questões colhidas.

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual, em ordem decrescente de cobrança:

Tópico	% de cobrança
Conceito, objeto e campo de aplicação	**50%**
Princípios	**50%**
Objetivo e usuários	**0%**

Em nossa análise utilizamos questões a partir de 2014, todavia, em 2016 foi revogada a Resolução que tratava dos princípios. O tema era muito recorrente até então, mas não encontramos questões posteriores à revogação.

Portanto, os princípios da contabilidade pública não serão abordados no roteiro de revisão (não confunda com os princípios orçamentários, que continuam válidos e terão uma aula própria dedicada a eles). De qualquer forma, trouxemos uma questão anterior sobre o assunto porque entendemos que ela ainda é aplicável.

Portanto, o que você precisa primordialmente saber desta aula é o conceito, o objeto e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público.

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

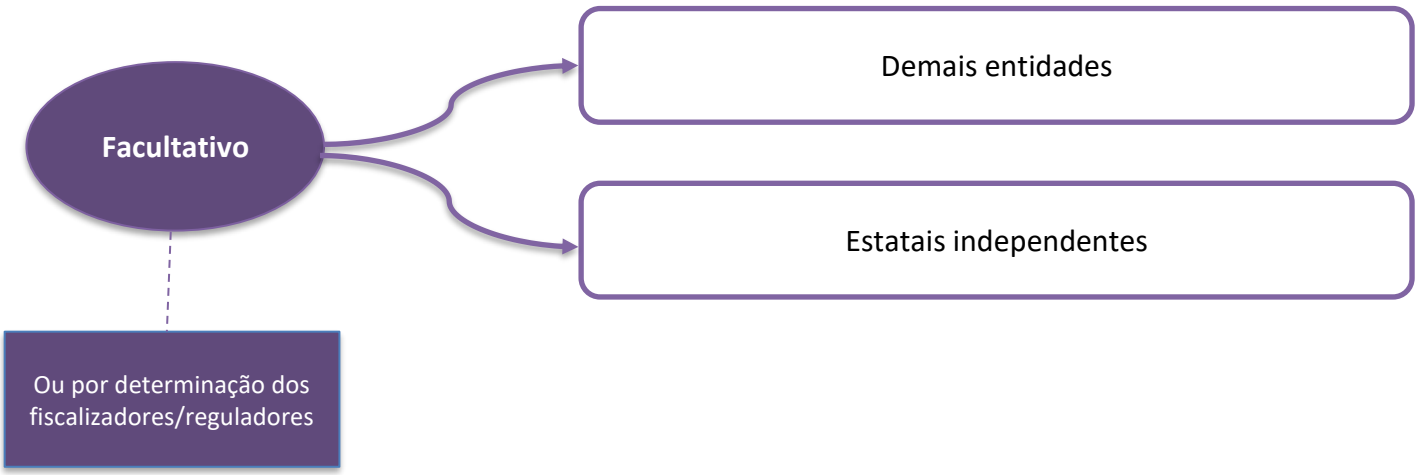
Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir:

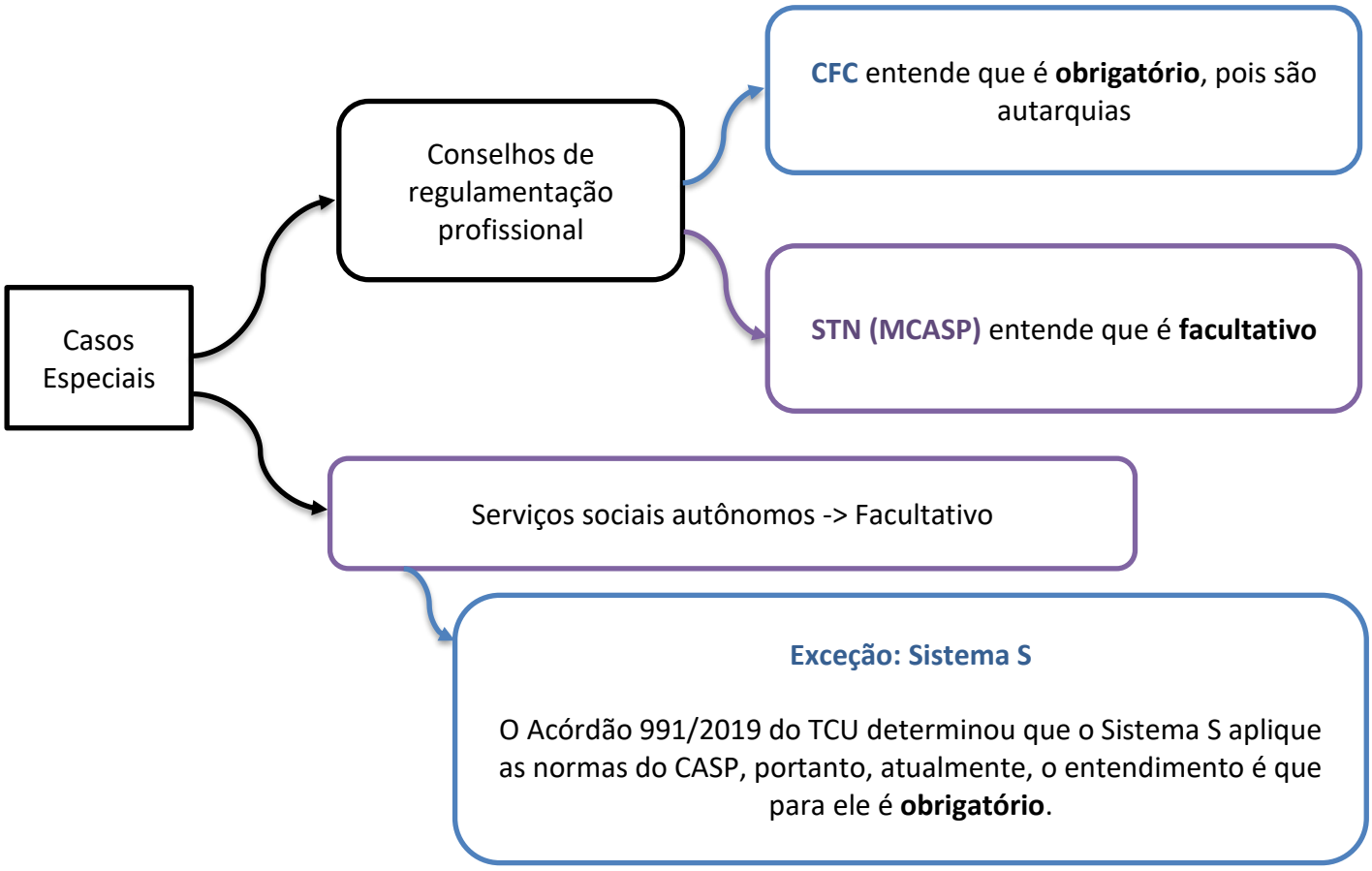
Primeiramente... Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino. Antigamente, a conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

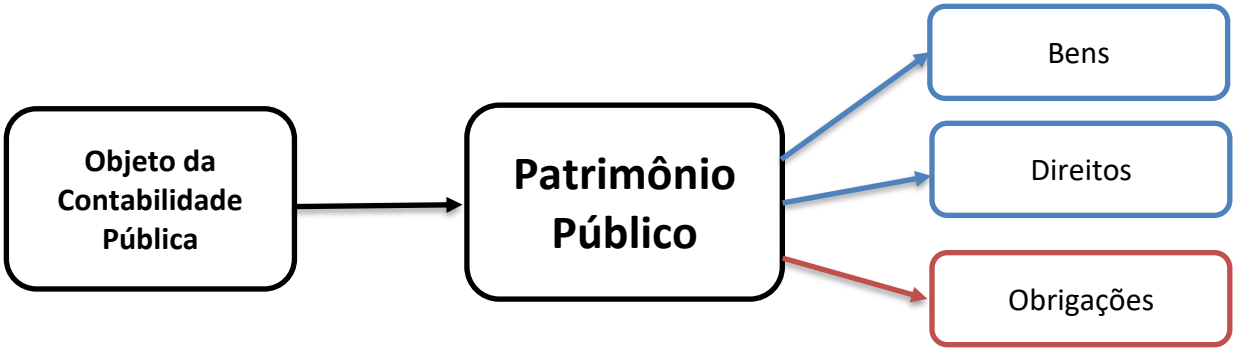
Conceito de contabilidade aplicada ao setor público[1]: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



[1] Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.


Facultativo
Demais entidades
Estatais independentes
Ou por determinação dos fiscalizadores/reguladores


Casos Especiais
Conselhos de regulamentação profissional
CFC entende que é obrigatório, pois são autarquias
STN (MCASP) entende que é facultativo
Serviços sociais autônomos -> Facultativo
Exceção: Sistema S
O Acórdão 991/2019 do TCU determinou que o Sistema S aplique as normas do CASP, portanto, atualmente, o entendimento é que para ele é obrigatório.



Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- Bens de uso especial – utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- Bens dominicais – estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- Bens de uso comum do povo – são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. São controlados pela CASP somente quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos ou foram recebidos em doação.

Características qualitativas

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- Relevância – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
    - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
    - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
- Representação fidedigna – é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
    - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
    - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- Compreensibilidade – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
    - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- Tempestividade – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Comparabilidade – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
    - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
    - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- Verificabilidade – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade –** a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.
- **Custo-benefício –** se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas –** deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Objetivo da CASP

- **Fornecer informações** sobre:
    - Resultados alcançados
    - Aspectos de natureza:
        - Orçamentária – relacionados ao orçamento público propriamente dito.
        - Financeira – relacionados ao fluxo de caixa.
        - Econômica – relacionados aos resultados.
        - Física – relacionados à existência física dos elementos.
- Apoiar:
    - Tomada de decisão
    - Prestação de contas
    - Instrumentalização do controle social

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos ele na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.

- Objetivos -> Subsidiar:
    - Processos decisórios
    - Prestação de contas
    - Responsabilização *(accountability)*

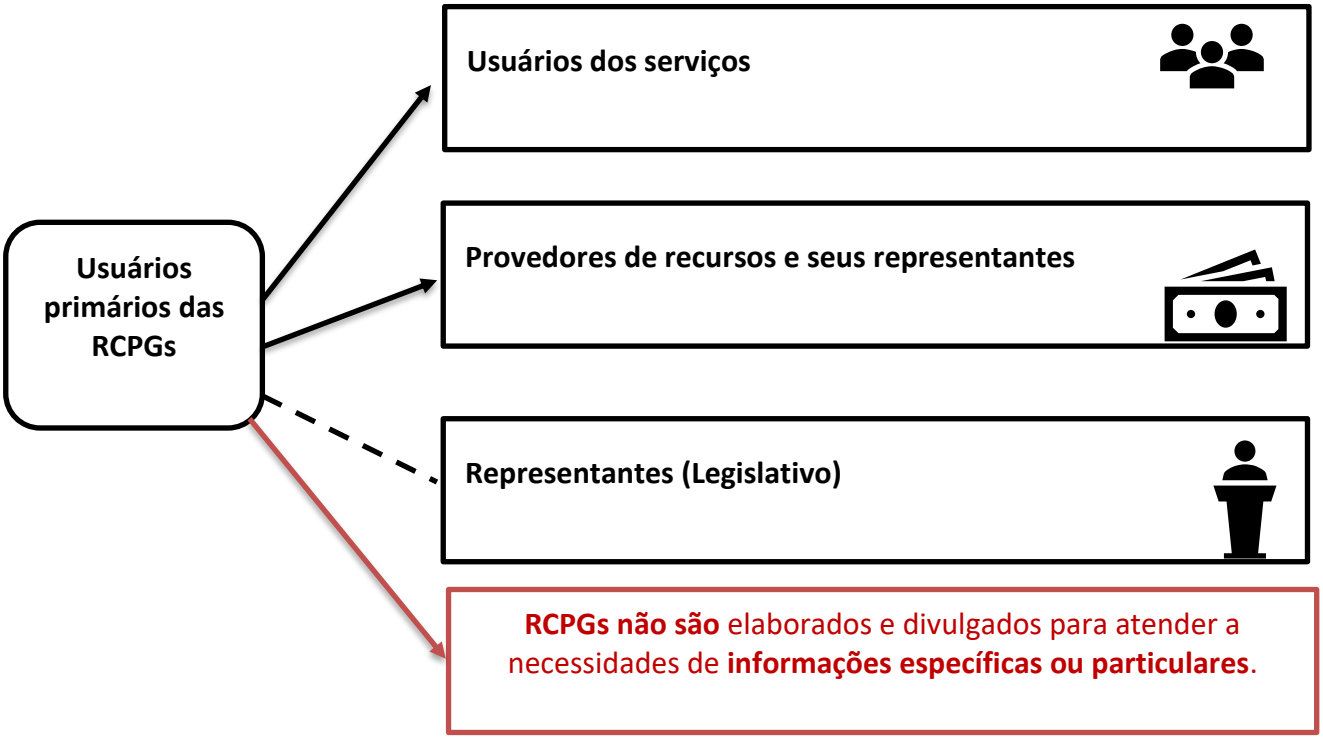
> *2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (accountability). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:*
>
> *(a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;*
>
> *(b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;*
>
> *(c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e*
>
> *(d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.*

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Relatórios contábeis elaborados para atender às necessidades dos usuários em geral.
- Não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
    - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
    - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
    - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
    - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.

- Montantes e o cronograma de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.

- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:
  - Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
  - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
  - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.



Elementos das demonstrações contábeis

- Ativo – recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
    - Recurso – item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
    - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.
- Passivo – obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
    - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- Situação patrimonial líquida – diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- Receita – aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- Despesa – diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- Superávit ou déficit da entidade para o exercício – diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- Contribuição dos proprietários – entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- Distribuição aos proprietários – saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais[2].

Acreditamos que as características qualitativas da informação contábil têm boa possibilidade de cobrança, tendo em vista o histórico recente da banca. Portanto, relembre e tome cuidado para não confundir:

Características qualitativas:

- Relevância – capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
- Representação fidedigna – é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
- Compreensibilidade – permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
- Tempestividade – disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Comparabilidade – possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
- Verificabilidade – ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar. Implica que dois observadores esclarecidos e independentes possam chegar ao consenso geral, não necessariamente a uma concordância completa.

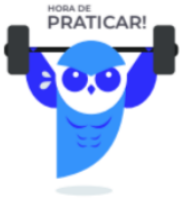
[2] Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.

Restrições inerentes à informação:

- Materialidade – a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.
- Custo-benefício – se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas – deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.
A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Para o assunto "Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência", apresentamos as seguintes questões estratégicas:

Conceito, objeto e campo de aplicação

1. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada Comparabilidade

a) é aplicável a item individual de informação, mas não à relação entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.

b) é sinônimo de consistência.

c) é sinônimo de uniformidade.

d) possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

e) é aprimorada ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

Comentários

Letra A - Errada. É o contrário. A comparabilidade é a característica da informação que permite identificar semelhanças e diferenças entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.

Letra B - Errada. A comparabilidade difere da consistência. A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

Letra C - Errada. Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade.

Letra D - Certa. Trata-se do exato conceito da característica da comparabilidade.

Letra E - Errada. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.

Gabarito: Letra "D"

2. (FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)

As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às

a) fundações instituídas e mantidas pelo setor privado.

b) empresas estatais não dependentes.

c) empresas de economia mista.

d) autarquias estaduais.

e) organizações sociais de saúde.

Comentários

Letra A - Errada. Aplica-se obrigatoriamente às fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Letra B - Errada. Aplica-se facultativamente às estatais não dependentes.

Letra C - Errada. Aplica-se obrigatoriamente apenas se for dependente.

Letra D - Certa. As autarquias são entidades da administração indireta, dependentes de recursos públicos e devem aplicar obrigatoriamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Letra E - Errada. As organizações sociais de saúde não estão entre as entidades obrigadas a aplicar as normas da CASP.

Gabarito: Letra "D"

3. (FCC/2018/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo "NBC", dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo "T", e profissionais, que recebem o primeiro sufixo "P".

Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

a) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.

b) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.

c) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.

d) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).

e) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.

Comentários

As Normas Brasileiras de Contabilidade se dividem em profissionais e técnicas. Dentre as normas técnicas, estão as NBC TSP, as quais são aplicáveis ao setor público. Vamos aos itens.

Letra A - Errada. SP é de setor público, não de São Paulo. As NBC TSP são aplicáveis em todo o território nacional.

Letra B - Errada. A Estrutura Conceitual faz menção ao orçamento, afirmando sua importância para a definição dos níveis de tributação e de outras receitas, bem como para o processo de realização do gasto público, além de facilitar aos usuários a análise quanto ao desempenho das entidades do setor público.

Letra C - Certa. A assertiva toma como base para sua afirmação o seguinte trecho da NBC TSP Estrutura Conceitual:

"20A. Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações."

Letra D - Errada. A atual Estrutura Conceitual já faz parte do processo de convergência.

Letra E - Errada. As NBC TSP estão em processo de convergência às normas internacionais.

Gabarito: Letra "C"

4. (FCC/2018/MPE PE/Analista Ministerial - Auditoria)

De acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público – RCPGs, a

a) relevância é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando a representação do fenômeno por uma determinada entidade pública é completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível.

b) verificabilidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

c) consistência é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública.

d) materialidade é uma característica qualitativa da informação que assegura que a informação contábil-financeira será material se sua omissão puder influenciar o processo de tomada de decisão dos usuários.

e) neutralidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que o retrato da realidade econômica contido nos RCPGs é desprovido de viés na seleção da informação contábil-financeira que se propõe a representar.

Comentários

Letra A - Errada. A assertiva apresenta a representação fidedigna.

Letra B - Certa. O item apresenta a característica qualitativa da verificabilidade em conformidade com a NBC TSP Estrutura Conceitual.

Letra C - Errada. A consistência realmente é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública. Todavia, ela não se trata de uma característica qualitativa da informação contábil, mas apenas auxilia a alcançar a característica da comparabilidade.

Letra D - Errada. O conceito em si está correto, pois uma informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações. Todavia, materialidade não é uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação.

Letra E - Errada. Realmente a neutralidade é um elemento que ajuda a assegurar que o retrato da realidade econômica é desprovido de viés na seleção da informação que se propõe a apresentar. Todavia, a neutralidade não é uma característica qualitativa por si só, mas um dos elementos da característica qualitativa da representação fidedigna.

Gabarito: Letra "B"

5. (FCC/2015/TCE CE/Analista de Controle Externo/Ciências Contábeis)

A legislação financeira utiliza o termo “exercício”, ou a expressão “exercício financeiro”, para designar um determinado período de tempo específico. A Lei Federal nº 4.320/64 teve o cuidado de dimensionar o período de tempo compreendido por “um exercício financeiro” e o fez nos seguintes termos: “o exercício financeiro

a) coincidirá com o ano civil”.

b) terá a mesma extensão do exercício tributário”.

c) terá 360 dias”.

d) terá 365 dias”.

e) terá a mesma dimensão do período de vigência da Lei Orçamentária Anual – LOA”.

Comentários

A Lei 4.320/64 será abordada em outras aulas, juntamente com outros tópicos. Mas como esse tema é bastante introdutório, vejamos o que a lei prevê:

"Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil."

Portanto, chegamos à letra A como gabarito da questão.

Gabarito: Letra “A”

Princípios

6. (FCC/2016/ALMS/Contador)

A despesa de aluguel do imóvel onde está instalado o almoxarifado central de determinada entidade pública, do mês de dezembro de 2015, foi empenhada e liquidada no referido mês e o pagamento ocorreu em 20 de janeiro de 2016. A entidade ao reconhecer a despesa no exercício de 2015, sob a perspectiva do setor público, atende ao princípio de contabilidade da

a) transparência.

b) anualidade.

c) programação orçamentária.

d) competência.

e) fidedignidade da informação contábil.

Comentários

Ainda que a norma que define os princípios da contabilidade esteja revogada, este princípio tem aplicabilidade.

Princípio da competência -> Reconhece a despesa no momento que ela ocorre, independentemente do efetivo pagamento.

Princípio de caixa -> reconhece a despesa no momento do efetivo pagamento.

Observe que a despesa ocorreu em 2015 e o pagamento em 2016. Pelo regime de competência, ela deve ser reconhecida em 2015.

Já adiantando um pouco o que veremos pela frente em nosso curso, sob o enfoque patrimonial, utiliza-se o regime de competência. Sob o enfoque orçamentário, é importante conhecer o artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas."

Ou seja, sob o enfoque orçamentário o regime é misto. As despesas seguem o regime de competência e as receitas o de caixa.

Gabarito: Letra "D"

A bateria de questões para revisar hoje será mais curta, acredito que as questões acima são suficientes para revisar o assunto, até porque a maioria das outras encontradas sobre o tema tratavam de normas revogadas. Não se acostume, nas próximas aulas precisaremos trabalhar um pouco mais. Vamos agora ao nosso questionário de revisão.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

1. **Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**

2. **Os serviços sociais autônomos e o Sistema S têm aplicação obrigatória ou facultativa das normas da CASP?**

3. **Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**

4. **Quais as três classificações de bens públicos e quais e em que caso são controlados pela contabilidade pública?**

5. **A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**

6. **A contabilidade aplicada ao setor público busca apoiar o que?**

7. **Os RCPGs fornecem informações aos usuários para subsidiar o que?**

8. **Qual o objetivo do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público?**

9. **O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**

10. **O que abrange o RCPG?**

11. **Quem são os usuários primários dos RCPG?**

12. **Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**

13. **Quando é alcançada a característica da representação fidedigna?**

14. **Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**

15. **Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**

16. **Quais as três restrições inerentes à informação?**



Perguntas com respostas

1. **Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. **Os serviços sociais autônomos e o Sistema S têm aplicação obrigatória ou facultativa das normas da CASP?**

Os serviços sociais autônomos como um todo aplicam facultativamente as normas da CASP, todavia, as entidades do Sistema S aplicam obrigatoriamente, por conta de decisão recente do TCU (Acórdão 991/2019).

3. **Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**

Patrimônio Público.

4. **Quais as três classificações de bens públicos e quais e em que caso são controlados pela contabilidade pública?**

Os bens públicos são classificados como de uso especial, dominicais e de uso comum do povo. Os de uso especial e os dominicais são sempre controlados pela contabilidade pública. Os de uso comum do povo são controlados apenas quando absorverem recursos públicos ou forem recebidos em doação.

5. **A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

6. **A contabilidade aplicada ao setor público busca apoiar o que?**

A tomada de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.

7. **Os RCPGs fornecem informações aos usuários para subsidiar o que?**

Os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização *(accountability)*.

8. **Qual o objetivo do Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público?**

Atender às necessidades dos usuários em geral.

9. **O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

10. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

11. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.

12. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

13. Quando é alcançada a característica da representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

14. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

15. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

16. Quais as três restrições inerentes à informação?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Conceito, objeto e campo de aplicação

1. **(FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)**

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação denominada Comparabilidade

a) é aplicável a item individual de informação, mas não à relação entre dois ou mais itens de informação ou conjuntos de fenômenos.

b) é sinônimo de consistência.

c) é sinônimo de uniformidade.

d) possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

e) é aprimorada ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

2. **(FCC/2018/SEAD AP/Analista de Finanças e Controle)**

As normas estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicam-se, obrigatoriamente, às

a) fundações instituídas e mantidas pelo setor privado.

b) empresas estatais não dependentes.

c) empresas de economia mista.

d) autarquias estaduais.

e) organizações sociais de saúde.

3. (FCC/2018/SEFAZ GO/Auditor Fiscal da Receita Estadual)

As normas brasileiras de contabilidade constituem importante paradigma de conduta profissional na condução dos trabalhos previstos na Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, e correlatos. Iniciadas pelo acrônimo "NBC", dividem-se em normas técnicas, que recebem o primeiro sufixo "T", e profissionais, que recebem o primeiro sufixo "P".

Acerca da NBC TSP, é correto afirmar que

a) é norma técnica que inclui peculiaridades das sociedades domiciliadas no Estado de São Paulo.

b) sua estrutura conceitual não faz menção a orçamento.

c) embora as estatísticas de finanças públicas e as demonstrações contábeis do setor público tenham muito em comum, são reguladas por diretrizes com objetivos diferentes.

d) normas técnicas regionalizadas, como a atual ESTRUTURA CONCEITUAL, permanecerão válidas até 2019, quando então darão lugar às normas internacionais convergidas (IFAC-IPSAS).

e) não é candidata ao processo de convergência com as normas internacionais (IFAC-IPSAS), posto que contém muitas peculiaridades locais.

4. (FCC/2018/MPE PE/Analista Ministerial - Auditoria)

De acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual sobre as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público – RCPGs, a

a) relevância é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando a representação do fenômeno por uma determinada entidade pública é completa, neutra e livre de erro material tanto quanto possível.

b) verificabilidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

c) consistência é uma característica qualitativa da informação que é alcançada quando os mesmos princípios e/ou políticas contábeis são utilizados de período a período por uma determinada entidade pública.

d) materialidade é uma característica qualitativa da informação que assegura que a informação contábil-financeira será material se sua omissão puder influenciar o processo de tomada de decisão dos usuários.

e) neutralidade é uma característica qualitativa da informação que ajuda a assegurar aos usuários que o retrato da realidade econômica contido nos RCPGs é desprovido de viés na seleção da informação contábil-financeira que se propõe a representar.

5. (FCC/2015/TCE CE/Analista de Controle Externo/Ciências Contábeis)

A legislação financeira utiliza o termo “exercício”, ou a expressão “exercício financeiro”, para designar um determinado período de tempo específico. A Lei Federal nº 4.320/64 teve o cuidado de dimensionar o período de tempo compreendido por “um exercício financeiro” e o fez nos seguintes termos: “o exercício financeiro

a) coincidirá com o ano civil”.

b) terá a mesma extensão do exercício tributário”.

c) terá 360 dias”.

d) terá 365 dias”.

e) terá a mesma dimensão do período de vigência da Lei Orçamentária Anual – LOA”.

6. (FCC/2016/ALMS/Contador)

A despesa de aluguel do imóvel onde está instalado o almoxarifado central de determinada entidade pública, do mês de dezembro de 2015, foi empenhada e liquidada no referido mês e o pagamento ocorreu em 20 de janeiro de 2016. A entidade ao reconhecer a despesa no exercício de 2015, sob a perspectiva do setor público, atende ao princípio de contabilidade da

a) transparência.

b) anualidade.

c) programação orçamentária.

d) competência.

e) fidedignidade da informação contábil.

GABARITO



1. D
2. D
3. C
4. B
5. A
6. D

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública.* Estratégia Concursos.

STN. (2019). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição.*

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.